



A influência do complexo industrial-militar na Política Externa dos Estados Unidos da América após os atentados do 11 de Setembro¹

The influence of the military industrial complex on the Foreign Policy of the United States of America after the attacks of September 11

DOI: 10.21530/ci.v14n1.2019.866

Elias David Morales Martinez²

Thaís Regina Servidoni³

Resumo

O presente artigo analisa as influências do complexo industrial-militar (CIM) na tomada de decisões dos *policymakers* estadunidenses e o posterior aumento do orçamento militar no início do século XXI, a partir dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Além disso, pretende-se discorrer sobre a legitimação da securitização da defesa e da consequente adoção de uma política externa constantemente militarizada, justificada pela Guerra Global Contra o Terror, a qual é subsidiada pelos trabalhos desenvolvidos por alguns *think tanks* específicos e que são financiados pelo CIM, sendo disseminadas as ideias securitizantes nos discursos dos principais *stakeholders* governamentais.

Palavras-chave: Complexo Industrial-Militar; Securitização da Defesa; Política Externa Americana; Guerra Global Contra o Terror.

1 Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq/CAPES.

2 Professor Adjunto Universidade Federal do ABC – UFABC. Professor do Curso de Relações Internacionais, da Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais e Vice-coordenador da Pós-Graduação em Relações Internacionais – UFABC. Dr. Integração da América Latina, PROLAM/USP. Mestre em Relações Internacionais, Universidade de Brasília – UnB. Cientista Político, Universidad Nacional de Colômbia.

3 Bacharel em Ciências e Humanidades – Universidade Federal do ABC. Bacharel em Relações Internacionais – Universidade Federal do ABC. Consultora de Relações Governamentais – Concordia Public Affairs Strategies São Paulo.

Artigo submetido em 26/11/2018 e aprovado em 24/04/2019.





Abstract

The present paper analyzes the influence of the Military-Industrial Complex on the decision-making of the US policymakers and the consequent increase in the military budget in the period that covers the beginning of the 21st century, from the terrorist attacks of September 11. In addition, we intend to discuss the legitimacy of the securitization of defense and the consequent adoption of a constantly militarized foreign policy justified by the global war on terror, which is subsidized by the work developed by some specific think-tanks that are financed by the Military-Industrial Complex, being disseminated the securitization ideas through the main governmental stakeholder's speeches.

Keywords: Military-Industrial Complex, Defense Securitization, US Foreign Policy, Global War on Terror.

Introdução

Este artigo tem como cerne analisar o poder de influência do complexo industrial-militar (CIM) dos Estados Unidos e verificar as suas implicações na formulação da política externa, especificando seu surgimento e sua importância como um dos eixos centrais da economia norte-americana. Além disso, apontamos como os atentados de 11 de setembro de 2001 implicaram o aumento maciço dos investimentos militares por parte do governo, remontando a picos do período da Guerra Fria, justificando-se por meio da securitização da defesa nacional e da consequente Guerra Global ao Terror.

Analisa-se também a interdependência existente entre governo, o complexo industrial-militar e os principais *think tanks* com relação à formulação de políticas e estratégias de defesa. Os *think tanks* são genericamente definidos como organizações independentes e autônomas que conduzem pesquisas visando disseminar suas ideias para promover a formulação de políticas. Porém, a ideia de um *think tank* independente é um ideal comprometido devido às necessidades dessas organizações por financiamentos. Além disso, essas organizações interagem em cenários bastante adversos, coexistindo no meio de diversos tipos de pressões e jogos de interesse domésticos e externos (McGann; Johnson, 2005).

Parte do levantamento bibliográfico foi dedicado à pesquisa documental, tendo em vista que os dados necessários para o mapeamento foram obtidos diretamente dos relatórios desenvolvidos pelo Departamento de Estado e pelo Departamento de





Defesa dos EUA, os quais trazem informações e dados relevantes para entender a dinâmica do orçamento militar. Além disso, a análise de discursos de presidentes e dos principais atores governamentais envolvidos com a temática em questão foi utilizada, tendo em vista que explicitam as posições desses últimos no que tange à imbricação das questões de segurança, política externa e defesa.

Parte-se do pressuposto de que a legitimação da Guerra Global ao Terror possibilitou ao governo norte-americano aumentar os gastos com o orçamento militar, os quais estavam em declínio desde o início da década de 1990, portanto, tem-se como hipótese que interesses corporativos do complexo industrial-militar, assim como interesses estratégicos de governantes, beneficiam-se dessa retomada do aumento do orçamento militar para agir em prol das vantagens possibilitadas sob a retórica de Guerra Global ao Terror.

Haja vista os pontos relatados acima, é de extrema relevância averiguar a influência e poder que o CIM exerce sobre o Congresso americano e conseqüentemente sobre a política externa dos Estados Unidos. Faz-se imprescindível analisar a dinâmica da relação entre *think tanks*, CIM e Congresso e de que forma esse conjunto afeta a segurança internacional, tendo em vista a necessidade da existência de ameaças constantes e a abrangência do conceito de guerras preventivas contra o terrorismo, as quais abalam os princípios de soberania das nações e de autodeterminação dos povos, elementos que até hoje têm se constituído como alicerces do direito internacional e de referência fundamental para a procura da paz e segurança mundiais.

O pós-11 de Setembro e a Guerra Global ao Terror

O período que se estende da Primeira Guerra Mundial ao término da Segunda Guerra Mundial foi marcado por grandes mudanças na esfera internacional, tanto no campo político e econômico como no equilíbrio de poder entre as nações. A Europa, extremamente fragilizada, perdera sua posição hegemônica para os Estados Unidos, que saíram vitoriosos não apenas moral e política, como também economicamente do conflito, assumindo um compromisso com a construção de uma nova ordem mundial, estimulada pela fundação da Organização das Nações Unidas e pelos acordos de Bretton Woods.

Haja vista que o dispêndio militar durante a Segunda Guerra Mundial teve efeitos positivos gigantescos na economia norte-americana, pode-se extrair disso





que a trajetória da hegemonia estadunidense está intimamente relacionada à importância econômica do complexo industrial-militar (CIM) para o país. No período analisado nesse artigo, o CIM desempenha um papel crucial no curso de desenvolvimento dos Estados Unidos como potência e, concomitantemente, exerce grande influência sobre a estrutura decisória de política externa que, gradualmente, está centrada no Pentágono e nos interesses de um setor da elite norte-americana. De acordo com Dunne e Sköns (2009), não há uma definição conceitual clara do CIM, o conceito tende a ser mais descritivo do que analítico. Argumenta-se que o CIM deve ser analisado como uma coalização de interesses e que o foco deve estar nas combinações estruturais que se desenvolveram entre esse ator privado, as Forças Armadas e o governo. Embora o CIM não seja um conceito teórico claro, a sua existência e seu poder de influenciar a trajetória dos gastos militares americanos é evidente. Existem algumas semelhanças com outros “complexos industriais” em áreas como saúde e educação, mas há diferenças importantes, em particular o fato de que a indústria de armas produz os meios para violência.

Mills (1969) já alertava, à época, para a existência de uma constelação de interesses, formada por poderosos atores políticos e econômicos que se beneficiavam do contínuo aumento com os gastos militares no país. De acordo com a análise de Wolfe (1979), tais atores influenciaram, durante toda a Guerra Fria, a percepção americana sobre a ameaça que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) representava aos valores e interesses americanos. Essa influência fica explícita nos relatórios NSC-68, publicados durante a presidência Truman, em 1950, e *Gaither Report*, editado sob o governo Eisenhower, em 1957, dois importantes documentos que disseminavam a visão mais negativa possível da União Soviética, implementando políticas de ataque e defesa para aumentar o orçamento militar apoiado pela opinião pública, a qual temia o “futuro vermelho” que os relatórios supracitados previam. “Futuro” esse que seria inevitável caso os Estados Unidos não se posicionassem e agissem rapidamente.

O presidente Eisenhower, em seu famoso discurso de despedida no ano de 1961, já alertava a sociedade americana para o perigo que a crescente influência do CIM representava aos interesses e valores da nação, haja vista que tais atores estavam tornando-se cada vez mais fortes e expandindo seu escopo de atuação para todos os órgãos do governo.

Essa conjunção de um imenso *establishment* militar e uma grande indústria de armas é nova na experiência estadunidense. A influência total – econômica, política e, até mesmo, espiritual – é sentida em cada cidade, em cada legislativo





estadual, em cada gabinete do Governo Federal (EISENHOWER, 1961, p. 1038, tradução livre)⁴.

Quando Eisenhower proferiu o referido discurso, o principal inimigo a ameaçar a segurança dos Estados Unidos, a paz e a liberdade seria o comunismo soviético, porém, apesar do fim da Guerra Fria, do desmantelamento da URSS e da provável nova ordem unipolar, houve, ao menos nos momentos iniciais dessa nova década, uma continuidade da agenda militar tradicional, mesmo com a ausência de um novo conflito. Essa agenda era sustentada pelo trabalho dos *think tanks*, os quais eram financiados por empresas militares ou apoiados pelo Departamento de Estado norte-americano, logo, a qualidade do trabalho de suas pesquisas poderia ser questionável pelo fato de não ser imparcial (WALT, 1991).

Com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, houve uma grande concentração das atenções dos governantes ocidentais para um tipo particular de crime político transnacional, majoritariamente focado em grupos islâmicos extremistas. É contra esse tipo específico de terrorismo que a Guerra ao Terror, impulsionada pelo presidente Bush, propõe-se a combater, designando tais grupos como representação do maior desafio à manutenção da segurança internacional do início do século XXI. Dessa forma, os atentados e a conseqüente existência de uma constante ameaça externa funcionaram como pretexto para uma nova escalada dos gastos militares, os quais alcançariam os picos registrados no período da Guerra Fria.

Destaca-se, nesse momento, a existência de uma relação tênue, ainda que sólida, entre: 1) a securitização da defesa legitimada pelos discursos de George W. Bush; 2) os objetivos do Estado na Guerra Contra o Terror; 3) a nova agenda de militarização e aumento do orçamento militar; 4) o lobby do complexo militar-industrial; e 5) a influência que as pesquisas e recomendações dos *think tanks* exercem sobre a política externa norte-americana.

De acordo com Cox (2014), após o 11 de setembro de 2001, o CIM ampliou ainda mais sua influência na estruturação dos gastos militares dos Estados Unidos. O que torna necessário destacar que as corporações que fazem parte desse complexo, como a Lockheed Martin, BAE e Raytheon, dependem da venda de materiais bélicos para expandirem e conseqüentemente aumentarem seus lucros.

4 This conjunction of an immense military establishment and a large arms industry is new in the American experience. The total influence-economic, political, even spiritual--is felt in every city, every State house, every office of the Federal government.





Por outro lado, a economia norte-americana depende, de certa forma, desse setor para prosperar e manter empregos. Essa interdependência corrobora para que as decisões, no que tange à agenda de política externa americana, estejam diretamente atreladas aos interesses do complexo militar-industrial.

Os ataques terroristas de 11 de Setembro e suas repercussões imediatas

Em 11 de setembro de 2001 aconteceram os atentados terroristas nos Estados Unidos da América, nos quais três aeronaves sequestradas colidiram com o World Trade Center e com o Pentágono, e “as estimativas do total de vítimas giram em torno de 3000 mortos, o que poderia ser classificado como o dia de maior perda de vidas na história americana” (CAMERON, 2002, p. 134, tradução livre)⁵.

As conceituadas agências de inteligência norte-americanas foram acusadas de falhas extremas. A segurança dos aeroportos também foi colocada em xeque pela falta de coordenação, assim como o governo foi considerado culpado por não impedir os atentados. A resposta dos americanos aos ataques envolveu uma mistura de medo, determinação e patriotismo, o que é nítido quando o então presidente George W. Bush, em seu discurso no Congresso americano em 20 de setembro de 2001, explicitou que, em resposta aos ataques, o governo americano não faria distinção entre os terroristas que cometeram esses atos e quaisquer outros que fossem direta ou indiretamente coniventes com o mesmo. O presidente George W. Bush prometeu uma “cruzada” contra o terrorismo, contudo os termos “guerra” e “cruzada” talvez tenham sido desafortunados, na medida em que criaram uma percepção de que o terrorismo é um mal que pode ser erradicado ao invés de considerá-lo como um fenômeno complexo com muitos fatores a serem analisados.

Na Guerra Contra o Terror ganha destaque o uso de estratégias militares em detrimento da diplomacia, meios econômicos ou políticos. “Washington deixou bem claro que não só estava pronto para usar a força em retaliação por atos de terrorismo, mas que tem as melhores capacidades militares do mundo para tal tarefa” (CAMERON, 2002, p. 143, tradução livre)⁶. De acordo com dados do

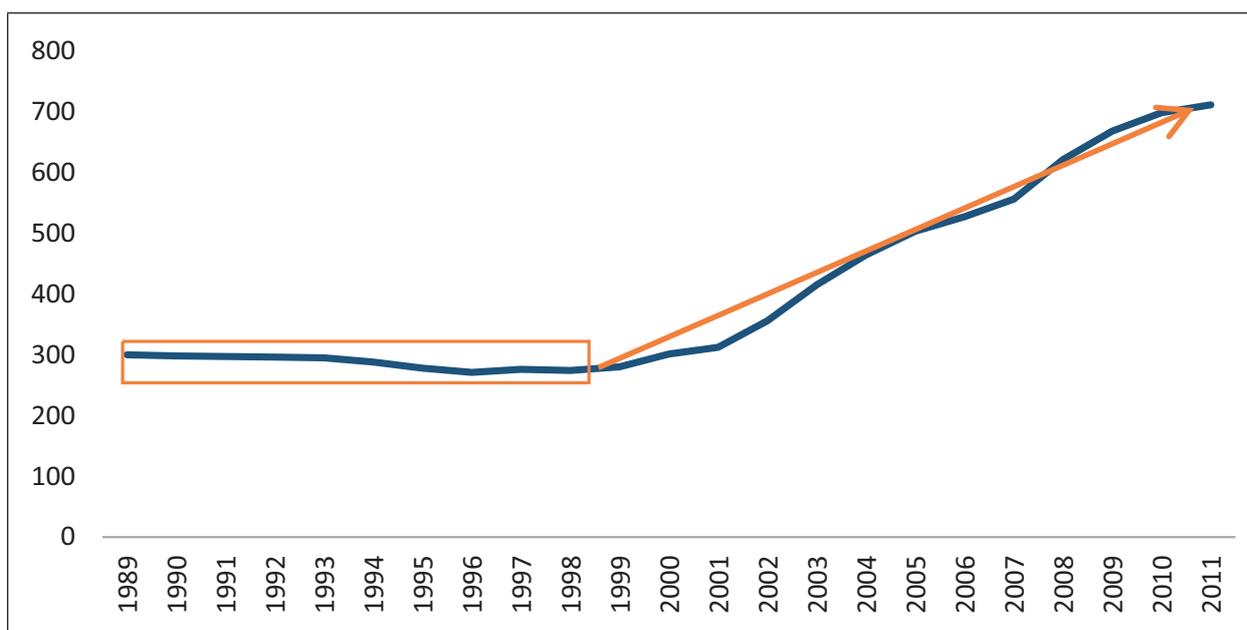
5 The estimates of the total number of victims revolve around 3000 dead, which could be classified as the day of greatest loss of life in American history.

6 Washington made it clear that it was not only ready to use force in retaliation for acts of terrorism, but that it has the best military capabilities in the world for such a task.



Departamento de Estado americano, logo nos primeiros anos do século atual, verificou-se, após uma década de declínio, uma mudança na trajetória dos gastos com orçamento militar dos Estados Unidos da América. A chamada Guerra Contra o Terror intensificou essa mudança, impulsionando o governo norte-americano a investir maciçamente no setor militar de defesa nacional.

Gráfico 1 – Alteração na trajetória dos Gastos Militares dos EUA no início do século XXI (milhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI- Military Expenditure Database (2018).

De acordo com Pecequillo (2013), os ataques de 11 de Setembro não alteraram o equilíbrio de poder mundial naquele momento, contudo, tiveram efeitos tanto em âmbito interno quanto externo. Houve, a partir disso, uma onda neoconservadora que construiu um novo inimigo, qual seja, o fundamentalismo islâmico de caráter transnacional. Motivado no combate a essa ameaça, George W. Bush implementou o Ato Patriota, em 2001, que consistiu em uma lei de combate ao terror, permitindo a prisão de suspeitos de ataques terroristas, espionagem de civis, prisão sem direito a advogado e autorização para interrogatórios mais duros, ou seja, legalizando em certa medida a tortura. Para amparar essas ações, foram criados o Departamento de Segurança Doméstica e o Comando do Norte, ambos em 2001. A Guerra Global Contra o Terror gerou duas guerras na primeira década do século, uma no Afeganistão, na qual os alvos eram a Al-Quaeda de Bin Laden e o Talibã; e no Iraque, cujo alvo era Saddam Hussein.



Em seu discurso em maio de 2002, na Academia de West Point, George W. Bush deu início à doutrina que designou um suposto Eixo do Mal, conformado por Estados chamados de *falidos e bandidos*, países que, de certa forma, protegeriam grupos terroristas e tenderiam a produzir armas de destruição em massa. Em um primeiro momento, os Estados que se enquadravam no designado eixo foram Coreia do Norte, Irã e Iraque. Posteriormente, foram incluídos também Cuba, Líbia e Síria.

No mesmo ano, consolidou-se a Doutrina Bush, através da promulgação da Estratégia Nacional de Segurança,⁷ estabelecendo-se então o terrorismo como inimigo e a introdução do conceito de prevenção como referencial de ação. Os objetivos principais da NSS-2002 eram o combate militar aos inimigos, destituir regimes não democráticos e implantar a democracia, impedindo ataques similares aos de 11 de Setembro.

De acordo com Pimentel (2013), nesse cenário de crescente instabilidade, a segurança internacional passa a abarcar novos elementos e concepções que ampliam seu sentido cognitivo. É impressionante o substancial aumento dos gastos militares no período pós-11 de Setembro, visto que, desde 2001, os gastos americanos com defesa aumentaram em 54%, atingindo a cifra de US\$ 687 bilhões em 2011, representando aproximadamente 45% de todos os gastos em defesa no mundo. Segundo Pecequillo (2013), em vez de ter que enfrentar um inimigo único, como fora a URSS, os EUA iriam deparar-se cada vez mais com ameaças pontuais e localizadas de difícil percepção e resolução. Surgem daí corporações que têm como principais causas para o seu florescimento o perfil dos novos conflitos internacionais e o aumento exponencial do orçamento militar destinado ao contraterrorismo a partir de 2001.

A ascensão e disseminação do conceito de contraterrorismo no mundo ocidental

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos da América colocaram em pauta, em todo o mundo ocidental, a necessidade de se repensar questões relacionadas à segurança, tanto em âmbito doméstico quanto

7 *The National Security Strategy* – NSS é um documento publicado periodicamente pela Casa Branca no qual concentra as diretrizes e recomendações a serem implementadas pelo governo em exercício em matéria de segurança e defesa do país (UNITED STATES OF AMERICA, 2002).





internacional, resultando na declaração de Guerra Global ao Terror durante a administração Bush, e na conseqüente escalada de políticas de contraterrorismo.

Existem diversos elementos associados ao combate ao terrorismo internacional, abarcando diplomacia, inteligência, controle financeiro e força militar para dissolver grupos terroristas, reduzir suas capacidades e elaborar estratégias de defesa e de ataque. Vale ressaltar que essas medidas entram muitas vezes em conflito com valores como a liberdade pessoal e a privacidade, haja vista que medidas de contraterrorismo não têm seus alvos claramente delimitados, podendo ser uma porta para justificar violações na privacidade de indivíduos ou até mesmo na soberania de Estados.

As formas de se prevenir e combater o terrorismo adotadas por governos têm seus alicerces fundamentados nos desdobramentos do neorealismo, que engloba o realismo ofensivo e o defensivo. O maior expoente do realismo ofensivo, John Mearsheimer, enfatiza que os Estados estão constantemente buscando a hegemonia do sistema por meio da maximização de seu poder, pois dessa maneira garantiriam sua segurança, eliminando a possibilidade de serem desafiados (MEARSHEIMER, 2001). Ainda, segundo o mesmo autor, não é possível prever quanto poder é necessário para se garantir a segurança de um Estado, logo, agir ofensivamente é a melhor maneira de se proteger dos rivais, conquistando influência e poder.

O realismo defensivo ou estrutural, representado por Kenneth Waltz (1979), profere que, apesar do sistema ser anárquico, a estrutura existente estabelece certos limites à maximização do poder por parte dos Estados, haja vista que certas atitudes não seriam aceitas pela comunidade internacional e gerariam represálias. Dessa forma, os adeptos do realismo defensivo acreditam que os Estados buscam se defender por meio da maximização da segurança para manter sua posição no sistema, e para isso são levados a cooperar entre si para promover seus interesses mútuos.

Dessas vertentes desenvolvem-se também as estratégias de contraterrorismo ofensivo e defensivo. De acordo com Pillar (2003), o contraterrorismo ofensivo tem claras vantagens em relação ao contraterrorismo defensivo, pois não é preciso adivinhar onde e como os terroristas irão proceder, uma vez que o ataque partirá do Estado que busca extinguir esses grupos. De qualquer forma, o contraterrorismo defensivo não é uma alternativa ao ofensivo, ambos devem acontecer mutuamente, pois são complementares, para garantir a segurança estatal. Deve-se ressaltar também que as políticas contraterroristas envolvem diversas técnicas além do ataque e defesa do território, como táticas de inteligência para enfraquecer





econômica e ideologicamente os grupos terroristas. A escolha dessas políticas reflete a forma como os *policymakers* encaram a questão.

Com a expansão dos poderes e das funções das políticas contraterroristas após o 11 de Setembro, suscitou-se um debate acerca de sua efetividade e dos interesses implícitos na adoção de certos instrumentos de combate. O tratamento dado a suspeitos de serem terroristas, institucionalizado através do Ato Patriota, estava no centro das discussões, principalmente pelo fato de desrespeitar os direitos humanos, embora também afetasse diretamente os direitos civis dos cidadãos americanos. A privacidade dos cidadãos também está comprometida quando o Estado coleta, sem autorização direta, os mais diversos dados dos indivíduos, tais como bancários, pessoais, financeiros, jurídicos, de trabalho, dentre outros, que são considerados de interesse na eventualidade de identificar um terrorista.

Tendo essas questões em vista, fica nítido que, para se manter um programa contraterrorista, deve-se mobilizar a opinião pública, no intuito de que os cidadãos aceitem certas restrições e violações de privacidade por um longo período em prol de um bem maior, qual seja, a prevenção e dissuasão de grupos terroristas.

O acesso ilimitado do governo a informações e o poder de entrar em territórios, quebrando a soberania institucional sob a justificativa de combate ao terrorismo, possibilita uma gama gigante de ações que antes não seriam toleradas pela comunidade internacional. Além disso, propicia um cenário de ameaça constante, o que fundamenta a adoção de uma política externa militarizada e, conseqüentemente, o grande investimento dos Estados Unidos no orçamento militar. Mais uma vez, depara-se com as possíveis influências do complexo industrial-militar na agenda de política externa norte-americana, com o intuito de se investir cada vez mais no setor bélico sob a retórica de guerra permanente ao terror.

Dessa forma, busca-se explicitar as conseqüências e desdobramentos dos atentados terroristas de 11 de Setembro, a postura do governo Bush frente à ameaça terrorista e às diversas vertentes que abordam o terrorismo. Além disso, salienta-se qual o tipo de terrorismo que a Guerra Global ao Terror se propunha combater e as implicações dessa política de contraterrorismo para o aumento do orçamento militar que, conseqüentemente, leva à manutenção de uma política externa cada vez mais militarizada.

Seguidamente, discorre-se sobre o complexo industrial-militar (CIM) dos Estados Unidos, analisando as circunstâncias de seu surgimento, sua relevância econômica e seu poder de influência política no país.





O Complexo Industrial-Militar – CIM

O termo complexo industrial-militar foi usado pela primeira vez pelo então presidente americano Eisenhower, em 1961, durante seu discurso de despedida do governo para explicitar que havia uma grande força advinda das grandes corporações bélicas, e que os interesses dessas agremiações poderiam se infiltrar e influenciar todo o sistema político dos Estados Unidos.

O complexo industrial-militar tem suas raízes fundamentadas no período que abrange a II Guerra Mundial, consolidando seu poder durante a Guerra Fria. Segundo Wolfe (1979), até esse ponto, a história dos investimentos militares americanos era intermitente, ou seja, havia um período em que se aumentava o gasto militar e, logo após o fim de conflito, o aparato militar era de certa forma desmontado. A Guerra do México de 1812 e a Guerra Civil americana foram seguidas por períodos de baixíssimos níveis de investimento no setor militar. Após a I Guerra Mundial, instaurou-se entre os cidadãos dos Estados Unidos o desejo de “*return to normalcy*”, promessa de campanha do candidato à presidência dos Estados Unidos, Warren G. Harding, na eleição de 1920. Essa onda de isolacionismo de assuntos internacionais estendeu-se até o início da II Guerra Mundial.

Durante a II Guerra Mundial, os Estados Unidos haviam sido transformados em um estado de guerra com uma economia centrada em torno do complexo militar-industrial (SWANSON, 2013). Em abril de 1950, foi apresentado ao presidente Truman um documento intitulado *National Security Council Report 68*, NSC-68, o qual preconizava uma grande expansão no orçamento militar dos Estados Unidos, o desenvolvimento de uma bomba de hidrogênio e o aumento da ajuda militar aos aliados dos Estados Unidos. Esse documento enfatizava que, se os Estados Unidos não se preparassem militarmente, iria em poucos anos sofrer um ataque da União Soviética e não teria como se defender. Para conseguir manter a segurança da nação e não permitir a expansão do socialismo para todo o globo, o NSC 68 fez diversas recomendações ao então presidente Truman, entre elas estava o desenvolvimento e manutenção por tempo indeterminado do setor militar dos Estado Unidos:

Desenvolver um nível de prontidão militar que possa ser mantido, pelo tempo necessário, para dissuadir a agressão soviética, como apoio indispensável à nossa atitude política em relação à URSS, como uma fonte de encorajamento às nações que resistem à agressão política soviética e como uma base adequada





para compromissos militares imediatos e de rápida mobilização, caso a guerra se torne inevitável (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 1950, p. 12, tradução livre).⁸

Em 1953, três quartos do orçamento federal foram destinados a programas de segurança nacional, os gastos com defesa chegaram a 18% do produto interno bruto e um terço da atividade comercial do país. Nas duas primeiras décadas da Guerra Fria, os Estados Unidos destinaram 60% de seu orçamento federal aos gastos de defesa (SWANSON, 2013)

A fim de justificar esse curso sem precedentes nos Estados Unidos, o NSC-68 alegou que o país estava em perigo de uma crescente ameaça soviética. Também argumentou que, em poucos anos, a União Soviética estaria em condições de invadir a Europa Ocidental com forças convencionais e poderia atacar os Estados Unidos de surpresa com força atômica, a menos que o Congresso e o presidente aprovassem novos gastos de defesa maciça. O NSC-68 serviu como embasamento para a elaboração da nova política externa dos Estados Unidos, e alterou profundamente o papel do país no mundo, por justificar e legitimar a sua transformação em um Estado de guerra (SWANSON, 2013).

Ainda que, de acordo com Swanson (2013), nenhuma das projeções sobre o poderio soviético e sua capacidade de atacar os Estados Unidos fossem reais, a indústria de defesa se expandiu, legitimada pela necessidade de se preparar e se proteger de um iminente ataque, gerando cada vez mais lucros, além de poder e influência para os burocratas ligados ao Estado de guerra. Em 1961, o presidente Dwight Eisenhower (EISENHOWER, 1961), em seu discurso de despedida à nação, alertou sobre o poder do que ele denominou como “complexo industrial-militar”.

Esse pronunciamento, direcionado ao povo americano, ficou conhecido como o “alerta sobre o complexo industrial-militar”. Eisenhower teve uma carreira que abarcou o serviço militar na Primeira Guerra Mundial, os cortes militares de pós-guerra, o serviço como Comandante na Segunda Guerra Mundial e a função de presidente dos Estados Unidos, que exerceu de 1953 a 1961, experiência vasta que lhe rendeu conhecimento e vivência do meio militar. Dessa forma, quando um ator com o *background* de Eisenhower se mostra preocupado com as dimensões que corporações militares vêm ganhando dentro da administração, dizendo que “nos

8 Develop a level of military readiness which can be maintained as long as necessary as a deterrent to Soviet aggression, as indispensable support to our political attitude toward the USSR, as a source of encouragement to nations resisting Soviet political aggression, and as an adequate basis for immediate military commitments and for rapid mobilization should war prove unavoidable.





conselhos de governo, devemos nos resguardar contra a aquisição de influência indevida, procurada ou não, pelo complexo militar-industrial” (EISENHOWER, 1961, p.1038, tradução livre)⁹, gera-se certa indagação de qual seria a real influência desse complexo, e por que ele pode se mostrar como um perigo para a liberdade. Nas palavras de Eisenhower:

Essa conjunção de um imenso *establishment* militar e uma grande indústria de armas é nova na experiência americana. A influência total – econômica, política, até mesmo espiritual – é sentida em todas as cidades, em todas as instâncias governamentais do Estado, em todos os escritórios do governo federal. Reconhecemos a necessidade imperativa desse desenvolvimento. No entanto, não devemos deixar de compreender suas graves implicações. Nosso trabalho, recursos e meios de subsistência estão todos envolvidos; assim é a própria estrutura da nossa sociedade (EISENHOWER, 1961, p. 1038, tradução livre).¹⁰

Ao mesmo tempo em que Eisenhower problematiza as influências do CIM, ele reconhece a necessidade dos contínuos investimentos no setor, haja vista que, na conjuntura da Guerra Fria, havia uma tensão em decorrência da disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. Na perspectiva de Eisenhower:

No longo caminho da história que ainda está para ser escrita, a América sabe que esse nosso mundo, cada vez menor, deve evitar tornar-se uma comunidade de medo e ódio terríveis, e ser uma confederação orgulhosa de confiança e respeito mútuo. Tal confederação deve ser uma de iguais. Os mais fracos devem chegar no âmbito da conferência com a mesma confiança com que nós chegamos, protegidos como pela nossa força moral, econômica e militar. Esse espaço, embora marcado por muitas frustrações passadas, não pode ser abandonado pela existência de uma certa agonia no campo de batalha (EISENHOWER, 1961, p. 1039, tradução livre).¹¹

9 In the councils of government, we must guard against the acquisition of unwarranted influence, whether sought or unsought, by the military-industrial complex.

10 This conjunction of an immense military establishment and a large arms industry is new in the American experience. The total influence — economic, political, even spiritual — is felt in every city, every State house, every office of the Federal government. We recognize the imperative need for this development. Yet we must not fail to comprehend its grave implications. Our toil, resources and livelihood are all involved; so is the very structure of our society.

11 Down the long lane of the history yet to be written America knows that this world of ours, ever growing smaller, must avoid becoming a community of dreadful fear and hate, and be instead, a proud confederation of mutual trust and respect. Such a confederation must be one of equals. The weakest must come to the conference table with the same confidence as do we, protected as we are by our moral, economic, and military strength. That table, though scarred by many past frustrations, cannot be abandoned for the certain agony of the battlefield.





Eisenhower explicita que, apesar da necessidade de investir em defesa, não se poderia deixar que o poderio militar dos Estados Unidos, advindo majoritariamente de seu complexo industrial-militar, tomasse conta da agenda política, promovendo guerras e conflitos desnecessários apenas para manter seu *status quo*.

A despeito do alerta de Eisenhower e do fim da Guerra Fria, não houve um desmonte do complexo industrial-militar, muito pelo contrário, seu poder e influência aumentaram. O discurso de Eisenhower, que salientava a necessidade de não se acabar com os investimentos militares, mas, ao mesmo tempo, ter cautela com a institucionalização do setor, continua válido no período pós-Guerra Fria, caracterizado pela constituição de novos inimigos internacionais, não mais centrados nos Estados nacionais, como era então em 1961?

Em 2001, quarenta anos após o discurso de Eisenhower, identificou-se um outro inimigo perigoso e permanente à segurança dos Estados Unidos, o terrorismo islâmico fundamentalista que demonstrou seu alcance e sua capacidade destrutiva nos ataques do 11 de Setembro. O complexo industrial-militar aproveitou-se da conjuntura crítica promovida pelos atentados para ampliar ainda mais sua influência na tomada de decisões do governo norte-americano em prol de seus interesses comerciais. É a partir desse ponto que se pode observar, na prática, quando se analisa as decorrências do 11 de Setembro, o que Eisenhower de fato temia que acontecesse.

O debate a seguir destina-se a mostrar como o complexo industrial-militar arquitetou sua estratégia de ação para tentar perpetuar sua influência nos Estados Unidos, sobretudo por meio da Guerra Global ao Terror. Analisaremos como se dá a relação de interdependência entre o CIM, o governo e os *think tanks* mais influentes, no que tange à política externa norte-americana durante a administração Bush e o primeiro mandato de Obama, tendo como foco o jogo de interesses sustentados pelos diversos atores aqui discutidos.

A constelação de interesses e o lobby do CIM após o 11 de Setembro

O teórico Wright Mills (1969) foi um dos pioneiros a estudar a influência dos interesses corporativos sobre o processo político, enfatizando sobretudo uma constelação de interesses atrelada ao crescimento do Departamento de Defesa dos EUA e certas empresas que lucram por meio de aquisições militares por parte





do governo. Ainda, segundo esse autor, a rede de interesses que se beneficia dos gastos militares governamentais torna extremamente complicado mudar as prioridades e percepções de ameaças constantemente existentes à segurança dos EUA. Tanto a política econômica quanto fatores ideológicos desempenham um papel para a percepção dessas ameaças externas e, conseqüentemente, do nível necessário de militarização para enfrentá-las.

Para analisar essa linha tênue entre os interesses do complexo industrial-militar e o aumento dos gastos militares após o 11 de Setembro, faz-se necessário compreender como esse complexo é fundamentado e qual sua influência na política externa norte-americana.

O complexo industrial-militar inclui vários componentes, tais como o setor corporativo que produz armamentos; empresas contratadas para desempenhar funções militares e de inteligência; estrutura burocrática governamental, como o Departamento de Defesa e a Agência de Inteligência; assim como congressistas e senadores que estão fortemente ligados aos interesses do complexo devido ao financiamento de campanhas e por representarem estados que dependem majoritariamente dos gastos militares. Deve-se salientar também a relevância do lobby e das organizações de planejamento político que influenciam diretamente a agenda governamental e, conseqüentemente, implicam a definição e construção do que será considerado uma ameaça, moldando-a da forma mais benéfica a seus interesses.

De acordo com Cox (2014), diferentemente de outras corporações que têm seus lucros fundamentados em pesquisa e tecnologia, posse de patentes ou de investimentos, a indústria de armas depende da venda de armamentos para garantirem seus lucros. Dados divulgados pelo autor mostram que, em 2012, grandes empresas, como a Lockheed Martin, Raytheon e a BAE System, tiveram mais de 70% de seus lucros atrelados à venda de armamento. Logo, essas indústrias têm um enorme interesse que a venda de armamentos se expanda, fato que seria dificultado pela ausência de uma suposta ameaça externa, pois as justificativas políticas para se investir no setor militar seriam extremamente limitadas.

Os ataques de 11 de Setembro propiciaram uma conjuntura perfeita para justificar o aumento de investimentos no setor militar, pois identificou-se ameaças de longo prazo, as quais precisavam ser constantemente combatidas, legitimando-se assim a militarização da política externa, por meio da securitização da defesa.





Bush e seu papel de agente securitizador da Guerra Global ao Terror

Conforme visto anteriormente, é necessário que a população aceite e aprove a necessidade de se investir maciçamente no setor militar em detrimento de outras áreas prioritárias, tais como saúde e educação. O presidente George W. Bush teve um papel essencial na disseminação da ideologia de Guerra Global ao Terror, que pregava, por meio de discursos e da mídia, a necessidade de combater o terrorismo e garantir a segurança dos cidadãos dos Estados Unidos da América, bem como da democracia e da liberdade no mundo em geral.

Os pressupostos teóricos da Escola de Copenhague, na qual se insere o conceito de securitização, criado por Barry Buzan (1998), diz que o ato de securitizar configura-se quando uma questão é apresentada como uma ameaça existencial que requer medidas extraordinárias e emergenciais, justificando ações fora dos limites do escopo político. Dentro do processo de securitização, existe a noção de que a ameaça é tão iminente que, caso nenhuma medida seja tomada, será muito tarde para agir (BUZAN,1998). Justifica-se, dessa forma, abandonar as práticas políticas do Estado de Direito e aceitar algumas violações para bloquear a presente ameaça que, em outras circunstâncias, seriam condenadas.

O ponto de partida para que determinada temática seja securitizada se dá através do discurso de um *stakeholder* que exerça grande influência e tenha poder político. No entanto, apenas o discurso não é suficiente para securitizar uma questão, pois ainda há a necessidade que ele seja aceito pelo público (BUZAN, 1998). Dentro dessa dinâmica, o ator que invoca a securitização necessita de poder e capacidade dentro do cenário internacional para articular politicamente, junto aos demais atores, o convencimento da urgência presente nessa questão, pois somente assim a securitização poderá ser realizada. Dessa forma, de acordo com Buzan (1998), a segurança internacional não pode ser considerada de maneira objetiva, uma vez que ela é acionada por uma estrutura retórica, ou seja, pelo surgimento de um discurso securitizante, em que se requer prioridade máxima para uma questão. A construção social dessa questão como uma ameaça à sobrevivência de um ou mais atores depende da capacidade do agente securitizador em movimentar o debate político em torno da sua proposta.

Deve-se salientar que não é necessário que a ameaça construída e disseminada pelo agente securitizador seja de fato real, o importante é que o público aceite que essa ameaça realmente exista. Com relação à Guerra Global ao Terror, George W. Bush desempenhou com maestria o papel de agente securitizador, haja visto





o impacto de seus discursos pós 11 de Setembro, em especial no que tange à empreitada de guerra em prol da liberdade por meio da destruição do Taleban e da Al Qaeda, mas que “não terminará até que todos os grupos terroristas de alcance mundial tenham sido identificados, detidos e derrotados” (BUSH, Discurso ao Congresso em 20 de setembro de 2001, p. 68, tradução livre).¹² Com essas palavras, Bush abre espaço para uma guerra constante, declarando que os Estados Unidos da América agiriam militarmente, de maneira preventiva e unilateral, para defender sua segurança.

Além disso, em 2002 o presidente George W. Bush divulgou o documento “A Estratégia de Segurança Nacional”, o qual ficou conhecido como “Doutrina Bush”, e que trazia em discussão possíveis formas de intervenção dos EUA em outros Estados. As principais características do documento envolvem a guerra preventiva, a classificação de Estados em párias e falidos, a reafirmação do termo “eixo do mal”, assim como a categorização de certos Estados nessa classificação, além da necessidade de criar mecanismos para evitar que grupos terroristas e alguns Estados hospedassem ou patrocinassem, de alguma forma, a posse de armas de destruição em massa.

De acordo com Owens (2009), a Doutrina Bush é uma clara manifestação de que o interesse nacional dos EUA com o aumento dos gastos militares sempre esteve além da simples preocupação com a segurança do país. Assim, houve intensos investimentos no governo Bush para fortalecer a indústria bélica nacional, buscando um aprimoramento dos ganhos comerciais, não somente atendendo à demanda nacional, mas também fornecendo ao comércio internacional de armamentos produtos sofisticados, de alta qualidade e com tecnologia de ponta inserida.

Já para Jervis (2003), é necessário compreender o porquê da emergência da Doutrina Bush em um contexto atípico aos processos históricos recentes da política externa dos EUA. Na essência da doutrina, o autor aponta para quatro elementos característicos que nortearam a *práxis* dos EUA na primeira década do século XXI: uma forte crença de que o momento era oportuno para transformar a política internacional às necessidades dos EUA; a percepção de que as novas ameaças só poderiam ser derrotadas através de políticas novas e vigorosas, principalmente através da estratégia do ataque preventivo, o que implicaria a sofisticação do armamento tático e ofensivo; disposição para agir unilateralmente, quando necessário; e, por último, a percepção de que, para garantir a paz e a estabilidade dos EUA, é necessário afirmar a sua primazia na política mundial.

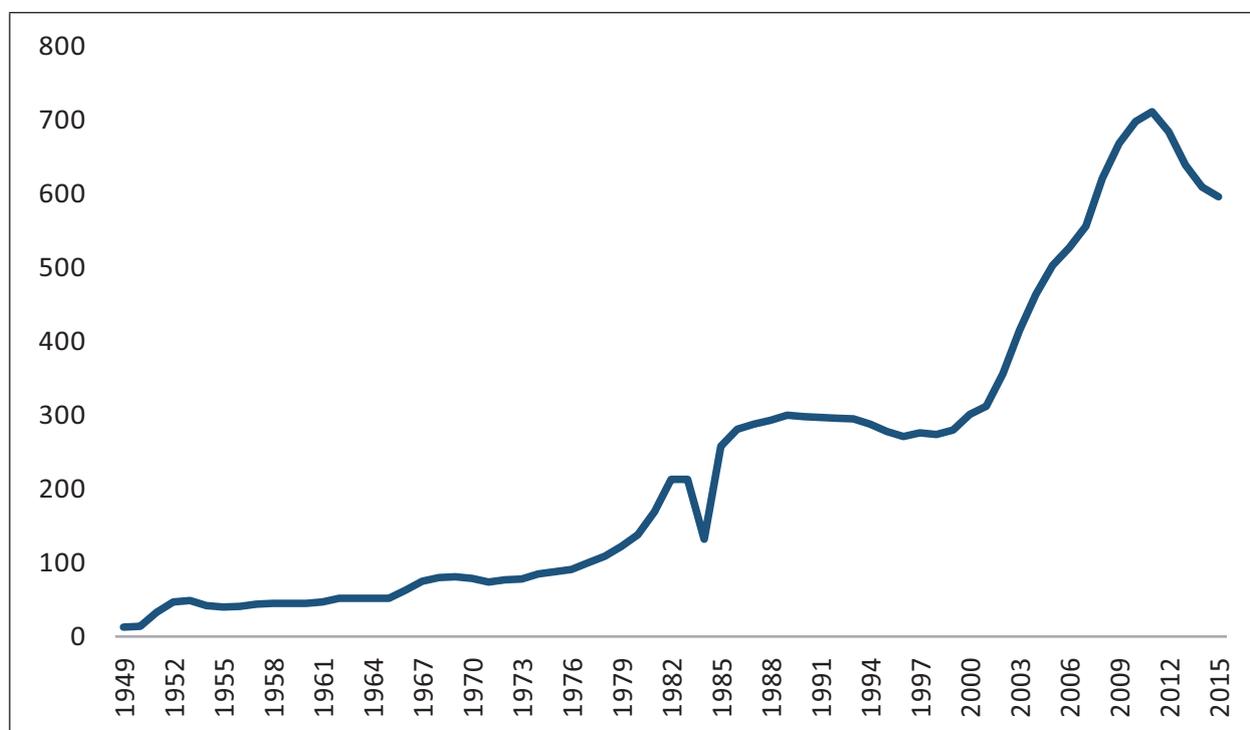
12 it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped and defeated.





Logo após a implementação da Doutrina Bush e da Guerra Global ao Terror, as quais foram securitizadas e tiveram aval da opinião pública, verificou-se uma mudança na trajetória dos gastos com orçamento militar dos Estados Unidos da América, os quais vinham caindo em proporção ao resto do mundo desde o final da Guerra Fria. A Guerra Contra o Terror impulsionou o governo norte-americano a investir maciçamente no setor militar de defesa nacional. O Gráfico 2 demonstra como os Estados Unidos aumentaram significativamente sua participação no montante total dos gastos militares mundiais ao longo dos anos 2000, representando, desde 2003, mais de 40% do total mundial.

Gráfico 2 – Gastos Militares dos EUA em milhões de dólares (1949-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2018).

A conjuntura crítica após o 11 de Setembro e a legitimação da Guerra ao Terror possibilitaram uma ascensão do poder do CIM, por aumentarem a percepção de ameaças e, conseqüentemente, a necessidade de defesa entre os políticos, as elites e a população em geral. Os eventos do 11 de Setembro proporcionaram uma oportunidade ímpar para as corporações militares, as quais, por meio dos *think tanks* financiados por elas próprias, congressistas e funcionários centrais no governo da administração Bush, usaram os fatídicos acontecimentos como pretexto para justificar o vasto alcance da expansão do orçamento militar. Uma análise desse aumento do orçamento sugere a existência de um relacionamento





tênue entre os objetivos do Estado na Guerra ao Terror e uma ligação robusta da agenda de militarização estatal fundamentada nos *think tanks*.

De acordo com Hartung (2010), cada elemento importante da estratégia de segurança nacional do governo George W. Bush, como a postura nuclear agressiva e o compromisso de implantar um sistema de defesa antimísseis, foram desenvolvidas e refinadas previamente pelos *think tanks* conservadores apoiados por corporações militares como o Centro de Política de Segurança (Center for Security Policy), o Instituto Nacional de Política Pública (National Institute for Public Policy) e o Projeto para um Novo Século Americano (Project for a New American Century).

Ainda, segundo o mesmo autor, o *lobby* de armas está exercendo mais influência sobre a elaboração de políticas do que em qualquer momento anterior. Não são apenas os grupos de reflexão apoiados pela indústria militar que se infiltraram na administração Bush, mas consultores e acionistas das principais empresas de defesa dos EUA também compuseram a equipe de segurança nacional de Bush, aproveitando-se e explorando os medos após 11 de Setembro. Para Hartung (2010), Bush desempenhou meramente o papel de interlocutor desses interesses e de disseminação da ideologia para a população. Apesar desse aumento de poder do CIM após a instauração da Guerra Global ao Terror, não houve, segundo Cox (2014), mudanças drásticas na política externa norte-americana: Bush apenas reforçou uma estratégia política amparada e advogada pelo CIM desde muito tempo, a qual tem sua continuidade garantida graças aos seus vínculos com o poder executivo.

Governo Barack Obama e a manutenção do poder do CIM

Ao tomar posse na Casa Branca, em janeiro de 2009, o presidente Barack Obama aboliu algumas medidas da administração Bush, como os interrogatórios considerados abusivos que foram institucionalizados pelo Ato Patriota. Ainda sob o governo Obama, os Estados Unidos anunciaram o fim da guerra do Iraque em dezembro de 2010 e também o fim da guerra no Afeganistão, que se concretizou em dezembro de 2014. Além disso, iniciou-se um plano para o fechamento da prisão de Guantánamo, localizada em Cuba. Apesar dessas medidas, não houve, durante o primeiro governo de Barack Obama, cortes significativos no orçamento destinado ao setor militar por meio do Departamento de Defesa.

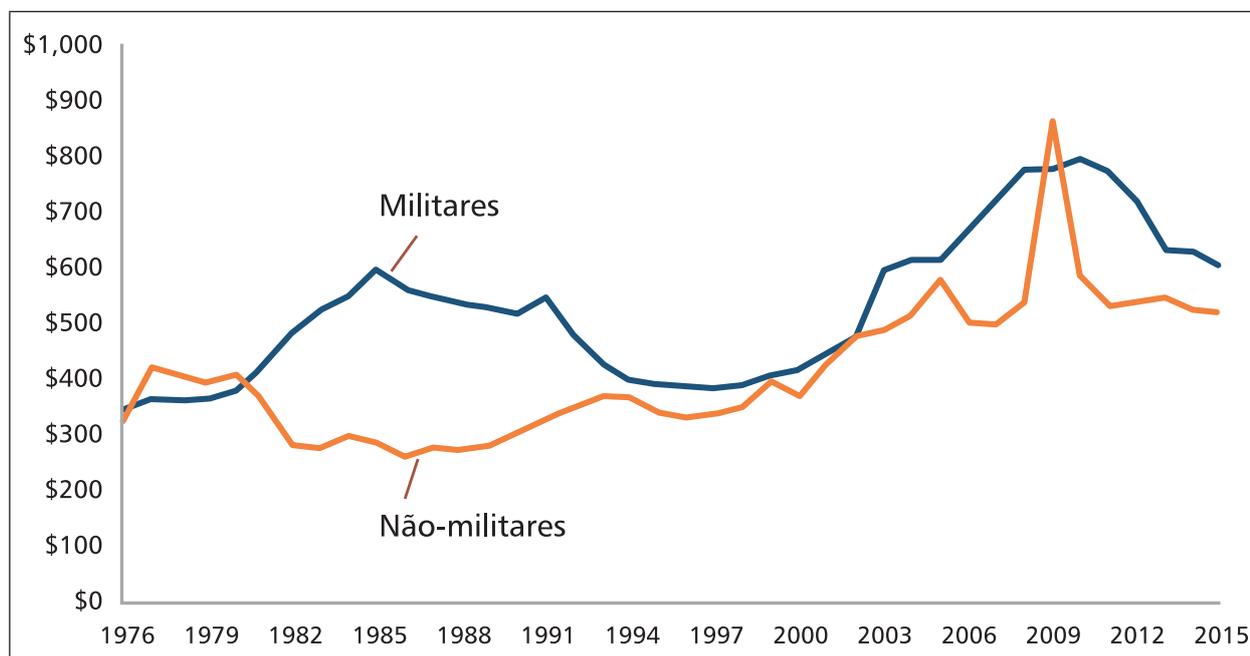




Apesar da grave crise financeira que abalou grande parte do mundo a partir de 2008, a força do CIM continuou tão robusta quanto foi em certos períodos da Guerra Fria. A crise financeira pode ser analisada como uma conjuntura crítica, assim como foi o 11 de Setembro. No entanto, as decorrências da crise financeira tinham grande potencial para contribuir com uma drástica redução nos gastos militares dos Estados Unidos (COX, 2014). Porém, apesar de ser a pior crise financeira desde a Grande Depressão, houve pouquíssimos planos e medidas para reduzir o investimento nesse setor.

O Gráfico 3 ilustra a diferença entre o montante dos gastos militares e não militares dos Estados Unidos desde o final da Guerra do Vietnã (1976) até o fim do primeiro mandato de Obama (2009 – 2012). Pode-se observar a trajetória de ascensão dos gastos militares a partir dos eventos de 11 de Setembro de 2001, atingindo, em meados dos anos 2000, investimentos mais altos do que durante os picos Guerra Fria.

Gráfico 3 – Gastos Militares e não Militares dos Estados Unidos (em milhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria com base em INSTITUTE FOR POLICY STUDIES (2015).

É possível notar também que, apesar de haver um declínio dos gastos militares em 2010, o montante continua extremamente elevado e superando ainda todos os investimentos em áreas não militares. Houve uma nítida resistência da administração Obama em cortar os gastos militares – nem mesmo o fechamento da prisão de Guantánamo se concretizou –, mesmo não existindo uma ameaça





externa à segurança e hegemonia dos EUA e em meio a uma grave crise econômica. Mais uma vez, há fortes indícios do poder que o complexo industrial-militar exerce sobre a Casa Branca, independente da ideologia partidária que está à frente do governo.

Uma estreita relação de interdependência entre o CIM, os *think tanks* e o Governo

Elucidados os fatos anteriores, pode-se constatar que há uma relação forte entre os produtores militares e os *policymakers* atrelados à formulação de política externa, principalmente no Departamento de Defesa. Mudanças no curso da política externa norte-americana, nas quais ameaças de longo prazo são identificadas e planos estratégicos são desenvolvidos para combatê-las, fornecem um cenário ideal para observar o grau de envolvimento entre as corporações e a burocracia do executivo, principalmente no que tange ao seu trabalho conjunto na identificação de ameaças à segurança dos Estados Unidos, de modo a maximizar o acesso à receita governamental para esse setor (COX, 2014).

Pode-se assim reiterar, no que concerne à estratégia adotada pelo governo Bush após os atentados de 11 de Setembro, que o CIM esteve envolvido na formulação e implementação da Guerra Global ao Terror. No entanto, faz-se necessário entender que a influência do CIM sobre a Casa Branca não se dá de forma autônoma, ao contrário, ela só é viabilizada por fatores que ajudam a explicar os motivos da manutenção dos gastos militares, e vão além da identificação de uma ameaça externa. Um dos fatores pelos quais o governo se permite influenciar pelo CIM é a chamada “economia de guerra permanente”, termo cunhado ao final da Segunda Guerra Mundial para designar a dependência da economia norte-americana em relação ao seu setor militar.

Conforme explicitado anteriormente, a indústria bélica funcionou como um anabolizante para a economia norte-americana durante e após a II Guerra Mundial, e por isso os investimentos militares passaram a desempenhar uma função de “keynesianismo militar”, na qual foram estimuladas a economia e a demanda através de gastos militares (COX, 2014). Os Estados Unidos, então, adotaram como modelo padrão investir no setor militar para gerar inovações industriais e tecnológicas.



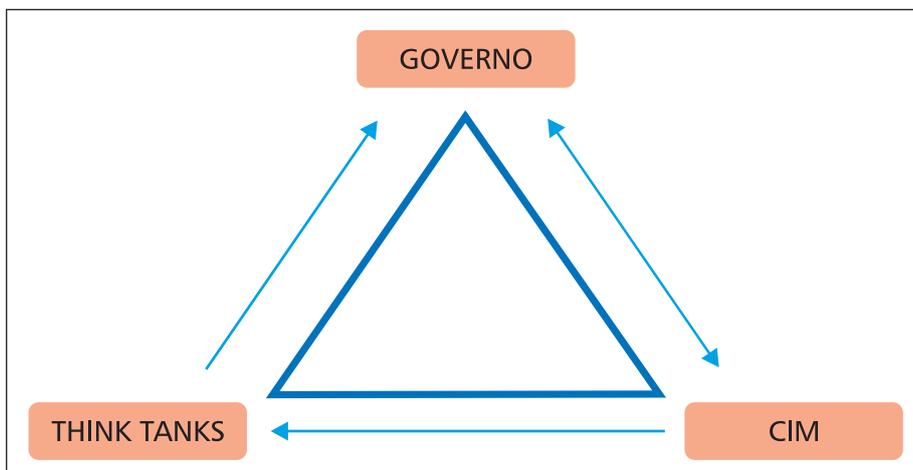


Além disso, outro fator que não pode ser ignorado, conforme citado anteriormente, é a relação entre o CIM e conceituados *think tanks* americanos. Hartung (2010) explicita, em seu trabalho, as grandes contribuições do CIM aos *think tanks* conservadores. Essa relação emergiu após a Guerra Fria e acentuou-se ainda mais com os atentados de 11 de Setembro. Para o autor, os *think tanks* mais influentes e poderosos junto ao governo são também os que mais recebem recursos provenientes do CIM, como o Project for the New American Century (PNAC) e o National Institute for Public Policy e Center for Security Policy, os quais foram consultados pela administração Bush para darem seus pareceres sobre quais ações deveriam ser tomadas após o 11 de Setembro. Isso demonstra, mais uma vez, os fortes indícios da influência do CIM no desenvolvimento da Guerra Global ao Terror.

Outro ponto que deve ser levado em consideração, quando é analisada a relação entre o CIM e o governo, é o papel que o Departamento de Defesa adquiriu após o 11 de Setembro, passando a controlar áreas que anteriormente eram de competência do Departamento de Estado, tais como os gastos com assistência e desenvolvimento. Ademais, o Departamento de Defesa politizou a alocação dos recursos destinados à Guerra ao Terror, de forma que regiões rurais pouco povoadas passaram a receber grandes montantes de verba, e isso se deve ao fato de que essas regiões tendem a voltar a eleger representantes que sejam favoráveis à continuidade e à expansão dos gastos militares, pois suas economias dependem majoritariamente dos investimentos militares para terem recursos (COX, 2014).

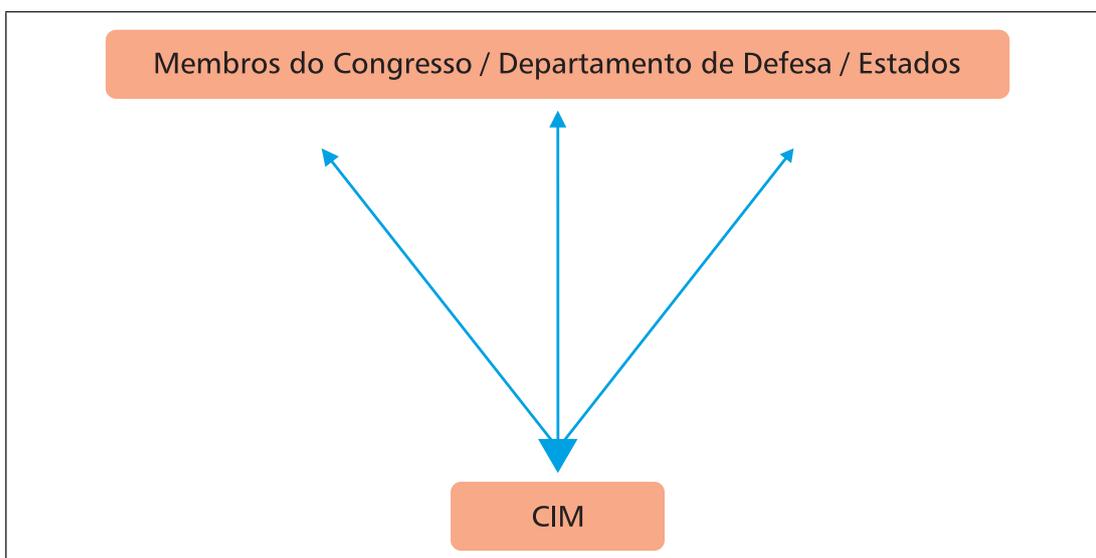
Tendo todos esses fatos em vista, podemos resumir a interdependência entre o CIM, o Governo e os *think tanks* conforme a figura 1. A relação de dependência mútua entre o CIM e o governo é evidente: lembremos que o CIM é um importante eixo da economia e tem poder suficiente para mobilizar membros do governo a seu favor. Por outro lado, o CIM depende do governo para que o orçamento destinado ao setor militar seja mantido de forma contínua. O CIM financia os principais *think tanks* ligados diretamente à tomada de decisões governamentais no que tange à política externa. Esses *think tanks*, por sua vez, identificam ameaças à segurança nacional e elaboram relatórios aconselhando o governo a aumentar o investimento no setor militar. O governo, então, passa a investir maciçamente no setor militar do país e, dessa forma, o CIM, que depende da venda de armamentos para ter lucro, expande ainda mais seu poder, fechando assim o ciclo de interdependência.



Figura 1: O triângulo da interdependência.

Fonte: Elaboração própria com base em Cox (2014).

No entanto, a relação entre o CIM e o governo deve ser analisada mais profundamente, haja vista que é uma via de mão dupla na qual há diversos interesses envolvidos. Membros do congresso norte-americano têm suas campanhas financiadas pelo CIM e, além disso, representam Estados que têm as economias dependentes das corporações militares. O Departamento de Defesa ganhou força e investimentos devido à identificação de uma ameaça externa e à adoção da política de Guerra Global ao Terror, a qual tomou proporções no governo Bush devido à forte influência do CIM. Logo, a relação entre o CIM, os membros do Congresso, o Departamento de Defesa e os estados que dependem majoritariamente das corporações bélicas é extremamente estreita.

Figura 2: Relação direta do Complexo Industrial-Militar com o Governo

Fonte: Elaboração própria com base em Cox (2014)



Dito isso, é indubitável que o CIM vem desempenhando um papel de protagonismo na agenda de política externa dos Estados Unidos, principalmente após o 11 de Setembro, inclusive incentivando a promoção de intervenções militares ao redor do mundo. Essa economia de guerra permanente encontrou respaldo para se justificar na Guerra Global ao Terror, a qual foi legitimada pelos discursos e ações securitizantes de George W. Bush, apadrinhadas pelo CIM, pelo Departamento de Defesa e por membros do Congresso e do Executivo.

Considerações Finais

O complexo industrial-militar norte-americano constitui efetivamente uma força tremenda nos Estados Unidos, contando com mecanismo para influenciar diretamente na postura adotada pelos governantes em prol da adoção de uma política externa militarizada, que depende constantemente da existência de uma ameaça externa para poder legitimar os grandes investimentos no setor militar ao invés de em outras áreas prioritárias, tais quais saúde e educação.

Os atentados de 11 de Setembro e a consequente Guerra Global ao Terror propiciaram um ambiente ideal para que os interesses do CIM e seu escopo de atuação fossem expandidos a uma escala praticamente ilimitada, tendo em vista que a declaração de guerra constante ao terror e guerra preventiva dão margem a ações unilaterais e que não necessitam de respaldo da população ou da comunidade internacional, haja vista que os perigos advindos dos grupos terroristas teriam se disseminado por todo o globo. No entanto, vale notar que, como visto nos Gráficos 1, 2 e 3, desde o início dos anos 2000 a trajetória dos gastos militares vinha aumentando, ou seja, o 11 de Setembro serviu como uma justificativa para potencializar e sofisticar o poder do CIM.

A Doutrina Bush, baseada nas quatro dimensões apontadas por Jervis (2003), implicaria uma nova orientação à política externa dos EUA, na qual o CIM ganharia um maior destaque e capacidade de influência no desenvolvimento das políticas de indústria e comércio de armamento bélico. Isso, na visão de Owens (2009), demonstraria que, de fato, a Doutrina Bush foi além da procura básica da segurança nacional: encaminhou o aparato institucional a políticas de aprimoramento tecnológico e fortalecimento dos mecanismos e estratégias de ataque e defesa das Forças Armadas do país.





Dado o atual cenário da constelação de interesses existentes para a continuidade do poder do complexo industrial-militar, torna-se difícil vislumbrar outra realidade. Deve-se ressaltar que há pressões internas para que isso se modifique, para que os gastos militares sejam reduzidos e direcionados para áreas sociais. O setor financeiro, que também tem um grande poder dentro dos Estados Unidos, é um exemplo dos grupos que são contrários à perpetuação da economia de guerra, haja vista que ela pode acarretar inflação e uma conjuntura desfavorável para investimentos, além de abalar a estabilidade do dólar (COX, 2014). No entanto, o poder do CIM não deve ser abalado no médio prazo, haja vista a influência e os interesses de todos os atores envolvidos em favor da manutenção de altos níveis de investimentos militares por parte do governo.

Essa análise corrobora com as questões que afligiam Eisenhower quando cunhou o termo “complexo industrial-militar”, em 1961, mostrando que suas preocupações eram realmente consideráveis, tornando-se realidade, dada a dimensão e poder que o CIM adquiriu ao longo dos anos, em todas as esferas de influência, principalmente na política e na economia. Além disso, a adoção de uma política externa militarizada e suas implicações sociais, em âmbito interno e externo, desencadearam uma redução doméstica de recursos para áreas sociais e a configuração de um ambiente internacional mais propício a novos conflitos e políticas intervencionistas.

Referências

- BUSH, George. *Discurso ao Congresso*. 20 setembro 2001. Disponível em: < https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf > . Acesso em: 20 set. 2018.
- BUZAN, B. *Security: A New Framework for Analysis*. London: Lynne Rienner, 1998.
- CAMERON, Fraser. *US Foreign Policy After the Cold War: Global Hegemon or Reluctant Sheriff?* London: Routledge, 2002.
- COX, Robert. *The Military-Industrial Complex and US Military Spending After 9/11*. Florida: Class, Race and Corporate Power. Vol.2, 2014.
- DUNNE, Paul; SKÖNS, Elisabeth. *The Military Industrial Complex*. 2009. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/7170012.pdf> > . Acesso em: 18 abr. 2019.
- EISENHOWER, Dwight. *Farewell Address to the Nation*. Washington: Casa Branca, 17 jan. 1961. Disponível em: < <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0011/1683358.pdf> > . Acesso em: 10 set. 2018.





- HARTUNG, William. *Prophets of War: Lockheed Martin and the Making of the Military-Industrial*. New York: Nation Books, 2010.
- INSTITUTE FOR POLICY STUDIES. Federal Spending: Where Does the Money Go. National Priorities Project. Washington, DC: 2015. Disponível em: < <https://www.nationalpriorities.org/budget-basics/federal-budget-101/spending/> > . Acesso em: 20 nov. 2018.
- JERVIS, R. Understanding the Bush Doctrine. *Political Science Quarterly*. Vol. 118, n. 3, Fall, 2003, p. 365–388. Disponível em: < <https://www.psqonline.org/article.cfm?id=14813> > . Acesso em: 10 abr. 2019.
- MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton, 2001.
- MCGANN, James; JOHNSON, Erik. *Comparative Think Tanks, Politics and Public Policy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005.
- MILLS, C. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1969.
- NATIONAL SECURITY CONCIL – NSC. A Report to the National Security Council by the Executive Secretary on United States Objectives and Programs for National Security – NSC 68. 1950. Disponível em: < https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf > . Acesso em: 12 fev. 2019.
- OWENS, Mackubin. The Bush Doctrine: the Foreign Policy of Republican Empire. *Orbis*. Vol. 53, Issue 1. January 2009, p. 23-40. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438708000860> > . Acesso em: 5 abr. 2019
- PECEQUILO, Cristina. *A política Externa dos Estados Unidos: Continuidades ou mudanças?* Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- PILLAR, Paul. *Terrorism and US Foreign Policy*. Washington DC: Brookings Institution Press, 2003.
- PIMENTEL, Cauê. *Empresas Militares Privadas e a Construção da Política Externa Americana*. 2011. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2013.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI. Military Expenditure Database. 2018. Disponível em: < <https://www.sipri.org/databases> > . Acesso em: 19 abr. 2019.
- SWANSON, M. *The War State: The Cold War Origins Of The Military-Industrial Complex And The Power Elite, 1945-1963*. South Carolina:CreateSpace, 2013.
- UNITED STATES OF AMERICA. The National Security Strategy of the United States of America. National Security Strategy – NSS. Setembro, 2002. Disponível em < <https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf> > . Acesso em: 15 mai. 2018.
- WALT, Stephen. The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, Vol. 35; No. 2; Junho 1991, pp. 211-239. Disponível em < <http://users.metu.edu.tr/utuba/Walt%20Renais.pdf> > . Acesso em: 4 mar. 2018.
- WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Massachusetts: Addison-Wesley, 1979.
- WOLFE, Alan. *The Rise and Fall of the ‘Soviet Threat’*. Washington DC: IPS, 1979.

